

JOSE DE ALENCAR: (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Darlene Silva (UNEB – *campus* X)

RESUMO: Este artigo analisa a função sacralizadora da literatura na representação da identidade nacional no romance Iracema (1865), e O Guarani (1857) de José de Alencar, considerando a construção idealizada do indígena, a hipervalorização da cultura europeia e a omissão do negro nesse processo. Nesse sentido, essa reflexão torna-se importante para compreensão da representação identitária nacional a partir da produção literária em um dado contexto histórico. Para o desenvolvimento desse objetivo, fez-se necessário o levantamento de referências para fundamentação teórica acerca da corrente romancista, que regia o contexto histórico do autor da obra, bem como a formação da literatura no Brasil, em que foram escolhidas as obras: Dialética da Colonização (1992), de Alfredo Bosi, Introdução à literatura no Brasil (1990), de Afrânio Coutinho, e História da literatura brasileira (1995), de Nelson Werneck Sodré. O pensamento europeizado da burguesia do século XIX, juntamente com uma economia escravocrata, não permitia a inserção do negro na constituição de uma identidade nacional, e é nesse contexto que Alencar insere o índio na condição de herói emblemático na busca de identidade, do fazer próprio brasileiro. Entretanto, este índio ainda não se vê livre da roupagem europeia, o que nos leva a considerar que, muito embora com a intenção de mostrar um Brasil autêntico, o autor mostra, na sua obra, que não se desvinculou das teorias racistas emergentes da Europa para construir os valores culturais verdadeiramente brasileiros, nascidos da mestiçagem entre índio, negro e branco.

Palavras-chave: Etnocentrismo. Identidade. Mestiçagem.

RESUMEN: Este artículo analiza la importante función de la literatura en la representación de la identidad nacional brasileña en la novela Iracama (1865) e O guarani (1857) de José de Alencar, considerando la construcción idealizada del indígena, la híper valorización de la cultura europea y la omisión del negro en ese proceso. En ese sentido, esa reflexión se torna importante para la compresión de la representación identitária nacional a partir de la producción identitária en un determinado contexto histórico. Para desarrollar ese objetivo se utilizó las referencias teóricas de Alfredo Bosi (1992), Afrânio Coutinho (1990) e Nelson Werneck Sodré (1992) y se concluye que en una economía esclavista apoyada en las teorías racistas no se podría tener un negro como héroe nacional y el indígena visto como el primero hombre brasileño es tomado para representar este papel, sin embargo el aborigen es revestidos de las características burguesas para agradar la clase dominante.



Palabras-clave: Etnocentrismo. Identidad. Hibridismo.

1. Introdução

Iniciar um trabalho acadêmico tendo a palavra desconstrução no título se torna uma questão muito problemática, visto que esse termo está ligado às formulações do filósofo franco-argelino Jaques Derrida. Todavia, utilizar as considerações derridianas nessa pesquisa não seria incorrer num erro teórico, pois se o pensamento do mencionado filósofo visa à desconstrução do edifício construído pela metafísica ocidental e esta pesquisa intenta (des) construir a identidade nacional em José de Alencar, evidentemente as ideias contidas nessa pesquisa são tributárias das do filósofo em questão.

Entretanto, a (des) construção da identidade nacional existente nas obras José de Alencar, a qual este trabalho se propõe, não prioriza as contribuições de apenas uma corrente epistemológica, a exemplo da desconstrução de Derrida, mas se embasa em várias contribuições teóricas surgidas no decorrer do século XX para refletir sobre as brechas deixadas pelas obras românticas em sua empreitada de construir a identidade nacional brasileira. Assim, o vocábulo desconstrução, que aparece nesse trabalho, inclusive entre parêntesis, possuiu mais um sentido de reflexão ou revisão do que aquele empregado por Derrida, o que o desliga de qualquer comprometimento rígido com determinada formulação teórica.

Assim, devemos levar em consideração que o Brasil foi anexado ao campo ideológico ocidental pela colonização, e a história de sua literatura é marcada pela figura do Outro nos anulando e narrando desde o primeiro momento do contato entre nativos e europeus, como a carta de Pero Vaz de Caminha demonstra muito bem.

O romantismo do século XIX que em seu projeto trazia uma tentativa de ruptura com os modelos eurocêntricos, estagnou no campo da intenção, pois se evocamos a teoria de Jaques Derrida ou as formulações que partem dela como o pós-colonialismo teremos subsídios suficientes para mostrar que a metafísica ocidental continuou operando na estética romântica, perpetuando os pares dicotômicos, silenciando a voz dos segundo dos pares além de anular



outros elementos constitutivos da nação brasileira como observaremos no decorrer deste artigo.

A construção romântica da identidade nacional brasileira apresentou muitos pontos questionáveis, porém, essa visão só nos é permitida com os olhos atuais a partir das contribuições do pós-colonialismo, dos estudos de gênero, da teoria da desconstrução dentre outras. Portanto, essa pesquisa se utilizará das reflexões produzidas no decorrer do século XX a fim de discutir as incongruências da construção identitária nacional empreendida pelo romantismo brasileiro e, longe de esgotar o tema, propor na contemporaneidade um caminho mais democrático nesse intuito.

2. (Des) construindo a identidade nacional em José de Alencar

A partir da queda do sistema feudal e da ascensão econômica da classe burguesa, vê-se um novo público-alvo para as produções artísticas: a burguesia, cujo gosto obviamente deveria ser atendido. O romantismo nasce a partir dessa transição econômico-social, rompendo com as características classicistas engessadas no racional, na influência do humanismo, na busca do equilíbrio e na universalidade, uma vez que traz a exaltação à imaginação e o lirismo do poeta, exploração da natureza, o culto ao passado e a nacionalidade. Entretanto, enquanto se via na Europa o triunfo burguês e suas conquistas a partir da aliança com classes populares, o que se vê no Brasil é a aliança entre a classe burguesa e os grandes latifundiários, ou seja, o romantismo brasileiro era um projeto da elite para a elite não obstante a abordagem de temas que tocavam a questão do negro e do indígena. Prova disso é que essas figuras, nas obras onde apareceram, foram europeizadas e homogeneizadas a fim de sensibilizar a burguesia branca. O projeto romântico no Brasil tentou formar uma consciência nacional (uma identidade nacional) sem mencionar as especificidades da população brasileira. Fato que só contribuiu para silenciar a memória das minorias e cristalizar os valores eurocêntricos.

Nesse contexto, José de Alencar publica suas produções literárias indianistas, voltadas a atender ao anseio da busca identitária, como também de uma produção propriamente nacional, uma vez que, com pouco tempo de proclamação da República, o país precisava valorizar suas raízes e sua história, para afirmar-se como nação livre e soberana. Ou seja, há uma tentativa de



rompimento com os pensamentos europeus que demarcavam a época, dizemos tentativa porque como veremos na análise de suas obras, não houve de fato essa liberdade ao culto nacional desprendido do culto ao europeu.

Na obra *Iracema* (1865), José de Alencar traz a história da índia tabajara homônima que se apaixona por Martim Soares Moreno, português aliado aos pitiguaras, povo inimigo dos tabajaras, levando-a a trair o segredo da jurema e lutar contra o seu próprio povo para viver ao lado do amado. No romance, o autor traz figuras históricas para mistificar a formação da nação brasileira. A relação do casal serviria de alegoria para início da mestiçagem nacional. A índia Iracema representaria a natureza virgem e a inocência enquanto o colonizador Martim representa a cultura europeia. Da junção dos dois surge a nação brasileira, representada alegoricamente, pelo filho do casal, Moacir.

Alencar, influenciado pela corrente romântica dos autores europeus com quem convivia em suas leituras particulares, descreve o solo cearense com uma linguagem poética manifestando a característica eufórica do romantismo. Na sua descrição, a natureza é um lugar de refúgio, não contaminado pela sociedade, é partícipe dos sentimentos do homem e é a valorização da terra brasileira com as suas belezas captadas pelo autor, como vemos no trecho abaixo:

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba; verdes mares, que brilhais como liquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros. Serenai verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale à flor das águas. (ALENCAR, 2001, p.15)

A exploração de paisagens exóticas é característica do autor romântico, que tem sua escrita norteada pelo imaginário, que o conduz a mundos idealizados. Observa-se nesse trecho da obra que Alencar une a natureza à ação do homem, como auxiliadora do heroísmo do aventureiro, não apenas como plano de fundo do enredo, mas fincada como personagem deste. Vê-se a exaltação da natureza a um plano superior, os aspectos da paisagem natural do Ceará sendo desenhados a partir de uma visão utópica.

Outra característica romântica presente na obra se dá na compreensão de tempo, fundada na concepção nostálgica do passado. Alencar, seguindo as correntes europeias que deixam a conduta clássica da racionalidade e objetividade para dar vazão à intuição, ao imaginário, à fuga



da realidade, ao evadir-se do mundo para uma época remota, volta-se para o passado brasileiro. Essa fuga ao passado, segundo Coutinho, se dá pelo caráter de escapismo do romântico, que idealiza uma realidade diferente da do presente, remontando muitas vezes, como no caso de *Iracema*, a história.

Em *Iracema*, o autor remonta a história do povo brasileiro, depositando sobre Moacir, o filho de Iracema com Martim, a raiz da mestiçagem nacional. Entretanto, em se tratando da mestiçagem brasileira, observa-se a ausência do negro nessa formação mestiça, mas isso não se dá sem motivo. Sendo Alencar um escravocrata, pertencente à burguesia, não era de convir que sua obra valorizasse o negro, uma vez que este era considerado como inferior na escala social, dado somente ao trabalho, restando assim, a valorização do índio na tentativa da produção dessa obra identitária. Acerca da exclusão do negro na formação da mestiçagem, Sodré coloca:

O negro não podia ser tomado como assunto, e muito menos como herói [...] porque representava a última camada social. [...] Numa sociedade escravocrata, honrar o negro, valorizar o negro, teria representado uma heresia. (SODRÉ, 1995, p.268)

Desta forma, a obra alencariana exclui o negro e destaca o índio, não como uma representação verossímil do ameríndio, com suas características nativas, mas de forma idealizada, que melhor se enquadra no projeto nacionalista burguês. E em se tratando dos negros, eram vistos pela sociedade, com base em concepções racistas europeias, como marginais, prédispostos à violência e criminalidade e, portanto, não enquadrados para representar a nação. Vale lembrar acerca da corrente racista disseminada por Goubineau, contemporâneo de Alencar, em que, em sua missão diplomática no Brasil, pronunciou que a salvação da nação só se daria a partir da imigração de europeus considerados raça superior. Sua colocação acerca da inferioridade dos negros classificava a mestiçagem brasileira como uma mistura degenerativa e, assim, não boa pra uma identidade nacional. Sobre a posição do negro na sociedade do século XIX, Sodré ainda coloca:

Trata-se, no fundo, do conceito que se esmerava em ver no índio o homem bom por natureza, bom por origem, dotado da bondade natural que tanto seduziu os



Enclopedistas. Em contraposição, o negro seria ruim, ruim por natureza, ruim por origem, dotado de ruindade natural, tema que tanto seduziu a ideologia do colonialismo. (SODRÉ, 1995, p.157)

A negação do negro na gênese mestiça do brasileiro por Alencar evidencia sua posição política, uma vez que defende a escravidão como recurso importante para a economia da Nova República, lembrando que "oriundos de uma classe que condicionava a posição do negro a uma inferioridade irremissível, os escritores do tempo não podiam fazer dele o suporte natural de um movimento nativista no plano literário", como afirma Sodré.

O colonialismo tinha na escravidão dos negros a base da mão de obra para exploração dos recursos naturais no Brasil e, assim, tendo teorias racistas para respaldar suas atitudes violentas contra estes era de grande valia para os donos do poder. Enquanto que os índios eram instrumentos de expansão da cultura europeia, onde a catequização cumpria essa tarefa. Assim, exploração das riquezas e a aculturação do povo local para disseminação da cultura do colonizador se cumpre na dominação dos negros e dos índios.

Em *O Guarani* (1857), do mesmo autor romântico, Peri, índio guerreiro goitacá, abandona seu povo para viver em servidão à sua amada e venerada Ceci. Luta contra o povo aimoré que, na tentativa de vingar a morte de sua filha, torna-se inimigo da família de D. Antônio de Mariz, pai de Ceci, representante alegórico do império lusitano sobre os nativos. Peri, sendo a personagem principal para a construção almejada da identidade nacional controverte o que se esperava para a valorização do aborígene. Este não é uma apresentação do que sabemos dos nativos, nem a sua relação com o português pode ser considerada verossímil, mas passa pela imaginação histórica do escritor que edifica mitos para forjar uma realidade idealizada.

O índio literário dos romances é o descendente, em linha direta, do índio social e individualmente bom, dotado de bondade natural, a criatura que fascinou os elementos intelectuais da larga fase de ascensão burguesa, dos viajantes e utopistas aos enciclopedistas. (SODRÉ, 1995, p.268)

Embora com a tentativa da valorização do nativo e de suas características, o que vimos na obra é o etnocentrismo europeu, traçando sobre o índio o caráter ideal determinado pela Europa como valioso e competente a um homem "de bem", na intenção de equipará-lo ao europeu. Essa



construção não considera, pelo contrário, ignora a situação real do nativo, a sua relação com o colonizador, onde seus direitos são rompidos e desprezados por um grupo de poder interessado na exploração de riquezas e de mão de obra, usando para isso a força e repressão do povo. Na construção da identidade nacional, Alencar despreza esse nativo oprimido por aquele que se achava dono da civilização e transmissor da salvação da alma.

O etnocentrismo europeu também pode ser observado em *Iracema*, em relação ao personagem Poti. Assim como em *O guarani* Peri é demarcado europeiamente, ao lado do português, como generoso, amigo, fiel, que sabia servir ao seu senhor, enquanto os índios aimorés, que se portavam contra a família de D. Antônio de Mariz, eram tidos como ferozes, selvagens e traiçoeiros, em *Iracema*, Poti é o bom amigo que corre todos os riscos necessários para salvar a vida do português Martim, tem sua identidade traçada semelhando-se ao europeu, sendo digno de ser chamado de irmão pelo mesmo:

Os dois irmãos encostaram a fronte na fronte e o peito no peito, para exprimir que não tinham ambos mais que uma cabeça e um coração. — Poti está contente porque vê seu irmão, que o mau espírito da floresta arrebatou de seus olhos. — Feliz é o guerreiro que tem ao flanco um amigo como o bravo Poti; todos os guerreiros o invejarão. (ALENCAR, 2001, p.47)

Poti, assim como Peri, é fiel amigo que se dedica com forças sobrenaturais para salvar o português, servindo-o irresistivelmente e sem indagações. Nesse trecho da obra em que, após um período de separação, Poti e Martim se encontram em meio a uma fuga dos tabajaras, a relação de ambos é descrita pelo autor como sendo de laço familiar, de terno sentimento que leva ambos a uma sensação de unidade. Unidade essa, vale ressaltar, só possível a partir da autonegação de Poti, uma vez que não é ele e seu povo que se tornam um com o europeu, mas apenas o índio na sua figura singular e, portanto, isolado daquilo que o caracteriza nativo brasileiro, ou seja, sua língua, seu povo, seus costumes.

Outro aspecto que evidencia o etnocentrismo europeu se dá na personagem Iracema, a índia dos lábios de mel, que assume condição de serva e deixa-se ser levada da forma que Martim achar melhor para sua vida, "não resiste, nem indaga: desde que os olhos de Martim se trocaram com os seus, a moça curvou a cabeça àquela doce escravidão", como disse Machado de



Assis em artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro em 1866³, o que pode ser verificado em trecho do livro de Alencar:

Curvou a virgem a fronte; velando-se com as longas tranças negras que se espargiam pelo colo, cruzando ao grêmio os lindos braços, recolheu em seu pudor. Assim o róseo cacto, que já desabrochou em linda flor, cerra em botão o seio perfumado. [...]

- Iracema tudo sofre por seu guerreiro e senhor. A ata é doce e saborosa; mas quando a machucam, azeda. Tua esposa quer que seu amor encha teu coração das doçuras do mel. (ALENCAR, 2001, p. 48, 54).

Mais uma vez, a relação do nativo com o europeu traçado por Alencar não é de valorização do ameríndio, enaltecendo a sua identidade, mas a do outro, a do europeu, tratando-o como superior. O ato de Iracema em "recolher-se em seu pudor" manifesta a negação de sua vontade, de seu poder sobre si, de sua identidade para viver a vontade do outro, a ordem daquele que a domina e manipula. Iracema, nessa postura, personifica a sociedade brasileira vigente nesse dado contexto histórico, onde eram sujeitos à manipulação e a vontade europeia.

Em outra passagem de *Iracema*, Martim é submetido a um ritual para tornar-se nativo, logo após a notícia de que Iracema estava grávida de um filho seu, mas é a descrição do ritual de passagem do personagem Poti que recebe mais ênfase por José de Alencar, como segue:

Muitos guerreiros de sua raça acompanharam o chefe branco, para fundar com ele a mairi dos cristãos. Veio também um sacerdote de sua religião, de negras vestes, para plantar a cruz na terra selvagem. Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco. Deviam ter ambos um só deus, como tinham um só coração. Ele recebeu com o batismo o nome do santo, cujo era o dia; e o do rei, a quem ia servir, e sobre os dous o seu, na língua dos novos irmãos. (ALENCAR, 2001, p. 81)

Nessa passagem observamos a aculturação indígena em prol de uma busca pela semelhança com o europeu. Enquanto que o ritual de passagem em Martim teve pouco destaque pelo autor, e menos impacto na vida deste, o ritual em Poti mexeu com toda a sua identidade, queabriu mão da crença, do nome e do seu povo. Mais uma vez há, explicitamente, o desvestir-se de si mesmo para vestir-se do outro, o nativo anula a si mesmo a fim de tornar-se semelhante ao outro, com o objetivo de ser aceito por este. Alencar constrói um estereótipo indígena que seria



passível de aceitação pela classe burguesa, que por sua vez queria a aprovação europeia.

Embora, segundo Bosi, o valor estético de um texto mítico transcende o seu horizonte fatual e o recorte preciso da situação evocada, em se tratando de uma constituição de identidade nacional não se pode desprezar as irregularidades dessa intenção de identificação da nação. Ao final dos estudos levantados para elaboração desta pesquisa, pode-se constatar que, muito embora, como já disse, houvesse uma busca pela construção da identidade nacional e, portanto, necessariamente, voltando-se às raízes da formação do povo brasileiro e por isso tratando da mestiçagem, o que se vê é a simbiose luso-tupi, o português sendo traçado no índio, e vice-versa, onde o destino do nativo era tratado como sacrifício espontâneo, o índio forte, belo e livre modelado ao colonizador, o que denota a negação de uma identidade mestiça provinda do negro, aquele que, cujas teses racistas europeias afirmavam uma pré-disposição à violência. Por isso, em uma intenção política ambicionada na identidade representativa da nação, não seria louvável que o povo brasileiro tivesse essa origem "manchada", lembrando que a abolição da escravatura do negro ainda não havia se consolidado no país.

Portanto, questionar a identidade nacional nas obras de Alencar é propor um debate mais democrático sobre a nacionalidade brasileira e abalar as velhas bases da historiografia e narrativas da nação propostas por Renan no século XIX, que propunha a nacionalidade como um lugar em que os sujeitos decidem o que lembrar e o que esquecer; o ponto problemático é que no Brasil não houve esse convite à negociação para que os diversos atores sociais decidissem o que seria a nação brasileira, pelo contrário, a elite eurocêntrica brasileira decidiu o que deveria figurar como elemento nacional.

Hugo Achugar abordando a questão afirma o seguinte: "apesar do que foi proposto por Renan, o núcleo da questão parece originar-se não tanto no que os indivíduos têm em comum, mas na negociação e na batalha que esses indivíduos realizam sobre o que pode ser esquecido e o que poderia ou deveria ser lembrado". (ACHUGAR, 2006, p. 157). A construção romântica da identidade brasileira, porém, seguiu na contramão dessas formulações, pois o indígena foi configurado não em sua especificidade cultural e sim anulado enquanto ator sociocultural e revestido de traços eurocêntricos e o negro sequer foi mencionado como elemento constitutivo



da recém formada nação brasileira.

Atualmente voltamos a essa questão para tentar reparar as lacunas deixadas pelo pensamento ocidental embasado em sua constituição dicotômica; criticamos o padrão de valores eurocêntricos estribados na figura do homem branco, burguês, ocidental e cristão para encontrarmos um espaço de igualdade, condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma identidade nacional mais democrática, pois como afirma Achugar

Tanto o patrimônio comum como o mundo da negociação em torno do esquecimento só será possível entre atores que possuam visibilidade e, portanto, se reconheçam como iguais. Precisamente o debate sobre o discurso nacional contemporâneo em nossos países inclui em sua agenda tanto a cidadania (ser iguais e visíveis) dos diferentes sujeitos sociais (integrantes não tanto da esfera pública ou privada como do conjunto social) como seu direito à narrativa; ou seja, direito à memória e ao esquecimento. (ACHUGAR, 2006,158, p.)

Por conta disso; visando reconhecer as lacunas do passado, nos voltamos ao estudo da obra de José de Alencar e questionamos sua construção identitária. Reconhecemos que essa atitude seria impensável para a época. Entretanto, atualmente, com os vários discursos e formulações teóricas em torno da igualdade temos subsídios para outorgar espaços enunciativos à quem antes só se reservava o silêncio e discutir na contemporaneidade uma construção identitária mais democrática.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Planetas sem bocas: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad.

Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 378

ALENCAR, José de. *Iracema*. 36. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand



Brasil, 1995.